

A. I. N ° - 207160.0001/03-2
AUTUADO - COMPRESIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
AUTUANTE - FRANCISCO CARLOS DE SANTANA
ORIGEM - INFAZ BONOCO
INTERNET - 22. 07. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0259-04/03

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. SAÍDAS E ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. Constatando-se, num mesmo exercício, diferenças tanto de saídas como de entradas através de levantamento quantitativo, deve ser exigido o imposto tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária. Indeferido o pedido de diligência suscitado pelo sujeito passivo. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 31/03/03 para exigir ICMS, no valor de R\$13.027,43, em razão da falta de recolhimento do imposto, constatado pela apuração de diferença tanto de entradas como de saídas de mercadorias, sendo exigido o imposto sobre a diferença de maior expressão monetária – a das operações de entradas – com base na presunção legal de que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos dessas entradas com recursos provenientes de operações de saídas de mercadorias realizadas anteriormente e também não contabilizadas, no mesmo exercício, 1999.

O autuado apresentou defesa, fls. 155, requerendo a correção do Auto de Infração em função de alguns erros ocorridos na contagem dos itens de entradas e saídas. Alega que o autuante ao analisar a documentação se enganou, pois, “não tinha o conhecimento das mercadorias que fiscalizava e não entrou em contato com a empresa para melhores esclarecimentos sobre a operacionalização das mesmas”.

Assegura que, na qualidade de sujeito passivo, entende que parte do Auto de Infração é improcedente, conforme planilhas que está anexando, fls. 156 a 213.

Ao final, o autuado requer a revisão do Auto de Infração.

Às fls. 215 a 217, na informação fiscal, o autuante argumenta que a defesa não apresentou qualquer contestação quanto à forma e que no mérito mantém os termos de sua autuação, tendo em vista que a empresa não apresentou nenhum documento para provar as alegações defensivas. Ao final, solicita que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

Inicialmente não acato o pedido de diligência formulado pelo autuado, pois os elementos constantes nos autos são suficientes para formação de minha convicção em relação a presente

lide. Entendo que a mesma não é necessária, pois os erros indicados pelo autuado não estão, nem mesmo por amostragem, acompanhados de provas. O art. 147, I, “b”, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7629/99, (RPAF/99), diz que deverá ser indeferido o pedido de diligência quando a solicitação for destinada a verificar “fatos vinculados à escrituração comercial e fiscal ou a documentos que estejam na posse do requerente e cuja prova ou sua cópia simplesmente poderia ter sido por ele juntada aos autos”. Além disso, o art. 145, do mesmo regulamento, prevê que, ao solicitar a realização de diligência ou perícia fiscal, o contribuinte deverá fundamentar a sua necessidade.

Em relação ao mérito da lide, constatei que os demonstrativos e levantamentos anexados ao PAF, fls. 09 a 46, cujas cópias foram entregues ao autuado, estão de acordo com o previsto na Portaria nº 445/98 e comprovam a ocorrência da infração apontada no Auto de Infração.

O contribuinte, em sua defesa, alega que o autuante cometeu diversos equívocos, porém, não apresentou qualquer documento fiscal para comprovar seus argumentos, o que não elide a acusação.

Deixo de analisar o argumento defensivo em relação ao desconhecimento por parte do autuado das mercadorias objeto do levantamento, pois, mais uma vez, o autuado não apresentou comprovação da referida alegação.

Assim, entendo que a infração em lide está devidamente caracterizada, sendo correto o procedimento do auditor autuante.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **207160.0001/03-2**, lavrado contra **COMPRESIL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$13.027,43**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de julho de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - JULGADOR